

Demonstrações financeiras em 31 de março de 2011 e 2010



Demonstrações financeiras

Em 31 de março de 2011, 2010 e 1º de abril de 2009

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	ć
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9 - 45



KPMG Auditores Independentes

Rua Sete de Setembro, 1.950 13560-180 - São Carlos, SP - Brasil Caixa Postal 708 13560-970 - São Carlos, SP - Brasil Central Tel Fax Internet 55 (16) 2106-6700 55 (16) 2106-6767 www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e Acionistas da Agropecuária Nova Europa S.A Nova Europa – SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Agropecuária Nova Europa S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agropecuária Nova Europa S.A. em 31 de março de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Carlos, 15 de junho de 2011

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Cláudio José Biason

Contador CRC 1SP144806/O-7

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2011, 31 de março de 2010 e 1° de abril de 2005

'Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2011	2010	1°/abril/09
Caixas e equivalentes de caixa	6	16	20	77
Contas a receber de clientes		-	-	68
Impostos a recuperar		2	-	-
Partes relacionadas	7	29	424	-
Despesas antecipadas	.=	66	42	40
Total do ativo circulante	-	113	486	185
Depósitos judiciais		30	41	40
Imobilizado	8	138.227	135.946	135.944
Total do ativo não circulante	-	138.257	135.987	135.984
Total do ativo	_	138.370	136.473	136.169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	2011	2010	1°/abril/09
Arrendamento Mercantil	11	159	125	16
Fornecedores		1	3	2
Impostos e contribuições a recolher	9	121	145	98
Salários e férias a pagar		32	23	22
Partes relacionadas	7	847	1.585	1.582
Outras contas a pagar	_	17	9	13
Total do passivo circulante	_	1.177	1.890	1.733
Arrendamento Mercantil	11	16	130	
Impostos e contribuições a recolher	9	107	174	232
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	44.327	44.382	44.445
Provisão para contingências	10	12	135	104
Total do passivo não circulante	_	44.462	44.821	44.781
Patrimônio líquido	12			
Capital social		3.055	3.055	3.055
Reserva de reavaliação		81.720	81.720	81.720
Reserva de lucros		3.669	552	323
Ajustes de avaliação patrimonial		4.287	4.422	4.557
Lucros acumulados	_	<u> </u>	13	-
Total do patrimônio líquido	=	92.731	89.762	89.655
Total do passivo e patrimônio líquido		138.370	136.473	136.169

5

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	2011	2010
Vendas de produtos	13	5.468	5.467
Custos dos produtos vendidos	14	(7)	(20)
Lucro bruto		5.461	5.447
Despesas administrativas e gerais	14	(1.007)	(873)
Outras receitas operacionais		511	7
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e			
impostos		4.965	4.581
Receitas financeiras		1	1
Despesas financeiras		(83)	(27)
Financeiras líquidas	15	(82)	(26)
Lucro líquido antes dos impostos		4.883	4.555
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(306)	(163)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	55	63
Lucro líquido do exercício		4.632	4.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

		_	Reserv	va de lucros			
	Capital	Reserva de	Reserva	Reserva de	Ajuste de avaliação	Lucros	
	social	reavaliação	legal	retenção de lucros	patrimonial	acumulados	Total
Saldos em 1o. de abril de 2009	3.055	81.720	323	-	4.557	-	89.655
Dividendos distribuídos						(2.763)	(2.763)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27					(135)	135	-
Lucro líquido do exercício						4.455	4.455
Destinações: Reserva legal Dividendos propostos			229			(229) (1.585)	(1.585)
Saldos em 31 de março de 2010	3.055	81.720	552	-	4.422	13	89.762
Dividendos distribuídos						(1.663)	(1.663)
Realização do custo atribuído do ativo imobilizado - CPC 27					(135)	135	-
Lucro líquido do exercício						4.632	4.632
Destinações: Reserva legal Reserva de retenção de lucros			59	3.058		(59) (3.058)	-
Saldos em 31 de março de 2011	3.055	81.720	611	3.058	4.287		92.731

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de2011 e 2010

(Em milhares de Reais)

	2.011	2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro líquido do exercício	4.632	4.455
•		
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas		
pelas atividades operacionais	201	
Depreciação, exaustão e amortização	236	229
Resultado na venda de ativos imobilizados	-	(10)
Provisão para contingências	-	31
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(55)	(63)
Reversão de provisão para contingências	(123)	-
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(2)	-
(Aumento) redução de contas a receber de clientes	-	68
(Aumento) redução de despesas antecipadas	(24)	(2)
(Aumento) redução com depósitos judiciais	11	(1)
(Redução) em fornecedores	(2)	1
(Redução) aumento em impostos e contribuições a recolher	(91)	(12)
(Redução) aumento dos salários e férias a pagar	9	1
Aumento em outras contas a pagar	8	(4)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.599	4.693
Fluxos de caixa proveniente / usado nas atividades de investimentos		
Redução (aumento) de partes relacionadas	395	(424)
Alienação de imobilizado	-	43
Aquisição de ativo imobilizado	(2.517)	(263)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(2.122)	(644)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos distribuídos	(1.663)	(2.763)
(Redução) aumento de com partes relacionadas	(738)	(1.582)
(Redução) aumento de financiamentos e empréstimos	(80)	239
Caixa usado nas de atividades de financiamentos	(2.481)	(4.106)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(4)	(57)
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	20	77
No fim do exercício	16	20
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	(4)	(57)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de março de 2011, 2010 e 1º de abril de 2009

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nova Europa S.A. tem sua sede administrativa na Estrada da Antiga Fazenda Itaquerê s/nº, Bairro rural, na cidade de Nova Europa – SP. As atividades da Companhia compreendem, basicamente, o plantio e a comercialização de cana de açúcar, exclusivamente para Companhia relacionada Usina Santa Fé S.A., a preços e condições usuais de mercado.

2 Base de preparação

a) Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e CFC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A autorização para a conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 15 de junho de 2011.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

imobilizado – adoção do custo atribuído;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 16 Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota explicativa 17 Instrumentos financeiros;

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.iii Vida útil de ativo Imobilizado;
- Nota explicativa 10 Provisão para contingências

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de abril de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

a. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

iv) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

v) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

vi) Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

b. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

A Companhia optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquida dos efeitos fiscais (veja nota explicativa 8).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de abril de 2009 ou data posterior a esta.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subseqüentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas estimadas para o período corrente são as seguintes:

A partir de 1º/abril/09

Veículos	9%
Veículos Leasing	8%
Máquinas e Equipamentos Agrícolas	5%
Móveis e Utensílios	4%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Ativos arrendados (leasing)

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

d. Redução ao valor recuperável (Impairment)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco siares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subseqüente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução do valor recuperável em 31 de março de 2011, 31 de março de 2010 e 1 ° de abril de 2009.

e. Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob participação nos lucros de curto prazo de acordo com a convenção coletiva, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

f. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

g. Receita operacional

i) Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

h. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

j. Imposto de renda e contribuições social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados de acordo com a legislação vigente do "lucro presumido". Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a 8% e 12% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de imposto de renda e da contribuição social, respectivamente.

Imposto de renda - Calculado a alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240.

Contribuição social - Calculada a alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

k. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia são sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

4 Determinação de valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo os ativos não financeiros. O valor justo tem sido apurado para propósitos de mensuração baseado no método abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas do ativo.

- Caixa e equivalentes de caixa São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos;
- O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente
 das operações da Companhia: o seu valor justo é estimado como o valor presente de fluxos de
 caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.
 Esse valor justo é determinado para fins de divulgação;
- Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Gerenciamento de risco financeiro

Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de mercado
- risco operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados freqüentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A carteira de recebíveis da Companhia é pulverizada. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da base de clientes da Companhia, incluindo o risco de crédito da indústria e país onde os clientes operam, uma vez que estes fatores podem ter influência no risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Diretoria estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia serem oferecidos. A análise da Companhia inclui avaliações externas, quando disponíveis, e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente, que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Diretoria; estes limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia somente poderão operar com a Companhia em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito dos clientes, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se são pessoa física ou jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, indústria, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo que suas vendas futuras são feitas com base em pagamentos antecipados.

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes.

Garantias

Em 31 de março 2011 não havia garantias pendentes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar seus produtos, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um longo período, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz

Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

6 Caixas e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme a seguir:

	2011	2010	1º de abril de 2009
Caixa e bancos	<u>16</u>	<u>20</u>	<u>77</u>
	<u>16</u>	<u>20</u>	<u>77</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 17.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

7 Partes relacionadas

a. Operações com pessoal chave:

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita trienalmente por ocasião da Assembléia Geral Ordinária. Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 26 (13 em 2010). A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

b. Principais saldos e transações que afetaram o resultado:

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2011 e 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com Empresa relacionada e seus acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

		2011		20	10	1°. de abril de 2009
			Receitas		Receitas	
	Relacionamento	Saldos	(despesas)	Saldos	(despesas)	Saldos
Ativo Circulante						
Fornecimento de cana-de-açúcar						
Usina Santa Fé	Relacionada	<u>29</u>	<u>5.628</u>	424	<u>5.627</u>	
Total do Ativo Circulante		<u>29</u>	<u>5.628</u>	<u>424</u>	<u>5.627</u>	
Passivo Circulante						
Adiantamento para futuro fornecimento de cana-de-açúcar						
Usina Santa Fé	Relacionada	-	-	-	-	1.245
Mútuo financeiro						
Usina Santa Fé	Relacionada	847	(9)	-	-	-
Dividendos a pagar						
Acionistas	Pessoa física		_	1.585		337
Total do Passivo Circulante		<u>847</u>	(<u>9</u>)	<u>1.585</u>	<u> </u>	<u>1.582</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Fornecimento de cana de açúcar - Usina Santa Fé

Referem-se basicamente ao contas a receber provenientes da venda de cana-de-açúcar para a Companhia relacionada Usina Santa Fé S.A.. O preço é determinado de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pelo CONSECANA (Conselho dos Produtores de cana de açúcar, açúcar e álcool do Estado de São Paulo).

Mútuo financeiro – Usina Santa Fé

Saldos decorrentes de mútuo financeiro que são corrigidos mensalmente, pela taxa fixa de 0,8 % ao mês.

Custo atribuído (deemed cost)

Nos termos da CPC 27 e ICPC 10 e baseada em laudos de avaliação emitida por empresa especializada e aprovado pela Diretoria, a Administração optou por aplicar e reconhecer o custo atribuído de todos os bens do ativo imobilizado, na data base de 01 de abril de 2009 e remensurou o custo atribuído e a despesa anual de depreciação, para fins de apresentação das demonstrações financeiras em 31 de março de 2011.

Os laudos foram elaborados de acordo com as normas e procedimentos emitidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que fixa as diretrizes para avaliação destes bens, dos seus rendimentos e direitos. As metodologias adotadas, segundo tais normas foram:

- método comparativo de dados de mercado para a definição dos valores de máquinas e equipamentos,
- método da quantificação de custo para as terras.

A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado antes e após essa revisão está evidenciada na nota explicativa 3b.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

8 Imobilizado

	Saldo em 01/04/2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2011
Custo ou custo atribuído						<u> </u>			
Veículos	2.101	-	(92)	-	2.009	-	(312)	-	1.697
Veículos Leasing	-	263	-	-	263	-	-	57	320
Máquinas e Equipamentos Agrícola	ıs 1.098	-	(15)	-	1.083	-	(15)	-	1.068
Móveis e Utensílios	26	-	-	-	26	-	-	-	26
Terras	134.796	-	-	-	134.796	2.460	-	-	137.256
Outras imobilizações	16				16	57	_	(57)	16
Total Custo	138.037	263	(107)		138.193	2.517	(327)		140.383

	Saldo em 01/04/2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2010	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/03/2011
Depreciação					<u> </u>				
Veículos	(1.306)	(174)	60	-	(1.420)	(158)	312	-	(1.266)
Veículos Leasing	-	(4)	-	-	(4)	(27)	-	-	(31)
Máquinas e Equipamentos Agrícola	s (775)	(50)	15	-	(810)	(50)	15	-	(845)
Móveis e Utensílios	(12)	(1)	-	-	(13)	(1)	-	-	(14)
Outras imobilizações									
	(2.093)	(229)	75		(2.247)	(236)	327		(2.156)
Líquido	135.944	34	(32)		135.946	2.281			138.227

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de abril de 2009 foi:

	Valor líquido contábil em 1º de		Valor alocado como
	abril de 2009	Custo atribuído	avaliação patrimonial
Veículos	95	795	700
Máquinas e Equipamentos Agrícolas	-	323	323
Móveis e Utensílios	12	13	1
Terras	<u>128.916</u>	<u>134.796</u>	<u>5.880</u>
	<u>129.023</u>	<u>135.927</u>	<u>6.904</u>

O patrimônio líquido foi aumentado em R\$ 4.557 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R\$ 2.347 em decorrência da adoção do custo atribuído.

9 Impostos e contribuições a recolher

	2011	2010	1°. de abril de 2009
Programa especial de parcelamento de débitos – PAES (INSS) Outros	193 <u>35</u> 228	251 <u>68</u> 319	313 <u>17</u> 330
Parcelas a amortizar a curto prazo classificadas no passivo circulante	(<u>121</u>)	(<u>145</u>)	(<u>98</u>)
Passivo não circulante	<u>107</u>	<u>174</u>	<u>232</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Programa especial de parcelamento de débitos – PAES (INSS)

Em julho de 2003 a Empresa aderiu ao Programa especial de parcelamento de débitos – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, incluindo débitos fiscais junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, Secretaria da Receita Federal e Instituto Nacional do Seguro Social.

Independentemente do reconhecimento contábil das obrigações com o PAES, o montante dos débitos incluídos no PAES vem sendo amortizado em parcelas mensais no prazo máximo de 120 meses, apuradas pelo Comitê Gestor do PAES, e atualizados pela variação da TJLP com vencimento final em junho de 2013.

10 Provisões para contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

	2011	2010	1°. de abril de 2009
Trabalhistas	<u>12</u>	<u>135</u>	<u>104</u>

11 Arrendamento mercantil

A Empresa possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para 3 ativos classificados em veículos. Os contratos possuem prazo de duração de 2 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Os ativos abaixo discriminados estão incluídos no ativo imobilizado da Empresa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Valor contábil líquido dos bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro:

	2011	2010	1° de abril de 2009
Veículos	<u>256</u>	<u>257</u>	<u>84</u>

Durante o exercício findo em 31 de março de 2011, a Empresa reconheceu como despesa no resultado referente a arrendamento mercantil financeiro os montantes de R\$ 32 relativo a despesas financeiras e R\$ 59 relativo à despesa de depreciação.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos
	2011	2011	2011
De dois anos	143	32	175

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por 3.055.000 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal (idêntico em 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social e após a compensação dos prejuízos acumulados.

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência da reavaliação de bens próprios do ativo imobilizado. Em atendimento a prática contábil de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 10, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da reavaliação sobre ativos não depreciáveis (terras) no montante de R\$ 42.098 no balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de abril de 2009 com a finalidade da transição para as normas CPC.

A reserva de reavaliação será realizada, na proporção da alienação ou baixa dos ativos reavaliados, em contrapartida de lucros acumulados.

c. Remuneração aos acionistas

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. A destinação do lucro do exercício será deliberada pela Assembléia Geral Ordinária que aprovar as demonstrações financeiras.

d. Ajuste de Avaliação Patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

13 Receita operacional

A receita operacional da Companhia é composta, basicamente, pela venda de cana-de-açúcar para a parte relacionada Usina Santa Fé S.A. Abaixo é apresentada a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2011	2010
Receita bruta fiscal	5.628	5.627
Menos:		
Impostos sobre vendas	(<u>160</u>)	(<u>160</u>)
Total de receita contábil	<u>5.468</u>	<u>5.467</u>

14 Despesas operacionais por natureza

Despesas operacionais por natureza:	2011	2010
Despesa com pessoal	127	99
Depreciação e amortização	236	229
Impostos e taxas	356	315
Aluguéis	54	52
Outras despesas	241	<u>198</u>
•	1.014	893
Reconciliação com as despesas operacionais		
classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos	7	20
Despesas administrativas e gerais	<u>1.007</u>	<u>873</u>
_	<u>1.014</u>	<u>893</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

15 Financeiras líquidas

	2011	2010
Receitas		
Juros atualização créditos tributários e outras	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>
	2011	2010
Despesas		
Juros apropriados sobre financiamentos	(32)	(4)
Juros sobre mútuo passivo	(9)	-
Juros sobre impostos parcelados	(11)	(11)
Despesas bancárias	(4)	(3)
Juros demais operações	(4)	(6)
IOF	(<u>23</u>)	(<u>3</u>)
	(<u>83</u>)	(<u>27</u>)
Financeiras líquidas	(<u>82</u>)	(<u>26</u>)

16 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

		2011			2010	
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita operacional bruta						
Receita de vendas de cana de açúcar	5.628	5.628		5.627	5.627	
	5.628	5.628		5.627	5.627	
Alíquota de presunção	8%	12%		8%	12%	
	450	675		450	675	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	(90)	(60)	(150)	(90)	(60)	(<u>150</u>)
Outras receitas						
Venda de ativo imobilizado e outras	456	456		38	38	
Alíquota fiscal combinada	25%	9%		25%	9%	
	(<u>115</u>)	(41)	(<u>156</u>)	(10)	(3)	(_13)
Imposto de renda e contribuição social corrente			(306)			(163)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Em 31 de março de 2011, a Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre os seguintes valores base:

		Reconhecido no		Reconhecido no	
	1º de abril de 2009	resultado	2010	resultado	2011
Passivo não circulante					
Imobilizado – Reavaliação	42.098	-	42.098	-	42.098
Imobilizado – custo atribuído	2.347	69	2.278	69	2.209
Imobilizado – depreciação econômica	-	(<u>6</u>)	6	(<u>14</u>)	20
	<u>44.445</u>	<u>63</u>	<u>44.382</u>	<u>55</u>	44.327

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

17 Instrumentos financeiros

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, abaixo está demonstrado todos os instrumentos financeiros não derivativos. As informações referente aos riscos inerentes ao negocio e as demais operações da Companhia.

Riscos de crédito

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota 2011					
		<u>Valor justo através</u> do resultado (<u>Negociação</u>)	Empréstimos e Recebíveis	<u>Passivos pelo</u> custo amortizado		
Ativos						
Caixa e bancos	6	16	-	-		
Contas a receber de clientes		-	-	-		
Partes relacionadas	7	-	29	-		
Passivos						
Arrendamento mercantil	11	-	-	175		
Fornecedores		-	-	1		
Partes relacionadas	7	-	-	847		
Outras contas a pagar		<u>-</u> :		<u>17</u>		
Total		<u>16</u>	<u>29</u>	<u>1.040</u>		

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as hierarquias apresentadas no quadro acima.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota

(Em milhares de reais)

		Valor justo através do resultado (Negociação)	Empréstimos e Recebíveis	<u>Passivos pelo</u> <u>custo amortizado</u>
Ativos				
Caixa e bancos	6	20	-	-
Contas a receber de clientes		-	-	-
Partes relacionadas	7	-	424	-
Passivos				
Arrendamento mercantil	11	-	-	255
Fornecedores		-	-	3
Partes relacionadas	7	-	-	1.585
Outras contas a pagar		<u></u>	-	9
Total		<u>20</u>	<u>424</u>	<u>1.852</u>
	Nota		1°. de abril de 2009	
		Valor justo através	Empréstimos e	Passivos pelo
		do resultado	<u>Recebíveis</u>	custo amortizado
		(<u>Negociação</u>)		
Ativos				
Caixa e bancos	6	77	-	-
Contas a receber de clientes		68	-	-
Partes relacionadas	7	-	-	-
Passivos				
Arrendamento mercantil	11	-	-	16
Fornecedores		-	-	2
Partes relacionadas	7	-	-	1.582
Outras contas a pagar				13
Total		<u>145</u>	=	<u>1.613</u>

2010

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Risco de liquidez

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Os métodos e premissas adotados na determinação do valor de justo estão resumidos na nota explicativa 5.

- Caixa e equivalentes de caixa São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores, partes relacionadas e outras contas decorrentes diretamente das operações da Empresa, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.
- Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas e decorrentes de fontes de financiamento específicas.

Hierarquia de valor justo

Para os valores justos reconhecidos no balanço, o CPC 40 - Instrumentos Financeiros Evidenciação requer a divulgação para cada classe de instrumentos financeiros e derivativos, a qual classe de apuração de valor foi utilizada, conforme definido abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- Nível 1: valor justo obtido diretamente por cotações em mercados ativos;
- Nível 2: valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo, que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo;e
- **Nível 3:** valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na entidade.

Para tanto, a Empresa definiu os respectivos níveis da seguinte forma:

Nível 1 – Quotas de fundos de investimentos e posições de liquidações da contra parte, nos caso da avaliação dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Níveis 2 e 3 – Não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesses níveis.

18 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

19 Explicação dos principais efeitos de adoção de novas normas no BR GAAP

A Companhia adotou as normas do CPC descritas abaixo no decorrer do exercício findo em 31 de março de 2011, inclusive para o período comparativo de 31 de março de 2010 e no balanço patrimonial de abertura em 1º de abril de 2009. A aplicação destas normas ("novas normas") impactou montantes anteriormente apresentados nas demonstrações financeiras individuais da Companhia conforme apresentado nos itens "b" a "e" abaixo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

a) Normas CPC adotadas no exercício de 2011

- CPC 20 Custos de Empréstimos
- CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 Evento Subsequente
- CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
- CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 27 Ativo Imobilizado
- CPC 30 Receitas
- CPC 32 Tributos sobre o Lucro
- CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- CPC 38 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 39 Instrumentos Financeiros: Apresentação
- CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 43 Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 ao 43
- ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil ICPC 10 Interpretação sobre a adoção inicial ao imobilizado e a propriedade para

investimentos dos pronunciamentos técnicos CPC 27, CPC 28, CPC 37 e CPC 43.

b) Reconciliação do balanço patrimonial - Ativo

Em milhares de Reais)

		1° de abril de 2009			31 de março de 2010	
Ativo	Anteriormente	Adoção das	Após adoção das	Anteriormente	Adoção das	Após adoção das
	apresentado	novas normas	normas novas	apresentado	novas normas	normas novas
Caixas e equivalentes de caixa	77	-	77	20	-	20
Contas a receber de clientes	68	-	68	-	-	-
Partes relacionadas		-		424		424
Despesas antecipadas	40		40	42_		42
Total do ativo circulante	185		185	486		486
Depósitos judiciais	40		40	41		41
		-				
Imobilizado	(a) 129.040	6.904	135.944	129.227	6.719	135.946
m. 11 d. 7 d. 1	120,000	6004	125.004	100.000	6710	125.005
Total do ativo não circulante	129.080	6.904	135.984	129.268	6.719	135.987
Total do ativo	129.265	6.904	136.169	129.754	6.719	136.473
Total do advo	129.265	6.904	130.109	129.734	6./19	130.4/3

⁽a) Registro dos ajustes referente à adoção do novo custo atribuído ao ativo imobilizado, e seus respectivos efeitos fiscais diferidos em atendimento ao CPC 27, CPC 32 e ICPC 1

c) Reconciliação do balanço patrimonial - Passivo

Em milhares de Reais)

		1° de abril de 2009			31 de março de 2010			
	_	Anteriormente	Adoção das	Após adoção das	Anteriormente	Adoção das	Após adoção das	
		apresentado	novas normas	normas novas	apresentado	novas normas	normas novas	
Arrendamento Mercantil		16	-	16	125	-	125	
Fornecedores		2	-	2	3	-	3	
Impostos e contribuições a recolher		98	-	98	145		145	
Salários e férias a pagar		22	-	22	23		23	
Partes relacionadas		1.582	-	1.582	1.585		1.585	
Outras contas a pagar	-	13		13	9		9	
Total do passivo circulante	-	1.733		1.733	1.890		1.890	
Arrendamento Mercantil		-	-	-	130	-	130	
Impostos e contribuições a recolher		232	-	232	174	-	174	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	-	44.445	44.445	-	44.382	44.382	
Provisão para contingências	=	104	-	104	135		135	
Total do passivo não circulante	-	336	44.445	44.781	439	44.382	44.821	
Patrimônio líquido								
Capital social		3.055	-	3.055	3.055	-	3.055	
Reserva de reavaliação	(a)	123.818	(42.098)	81.720	123.818	(42.098)	81.720	
Reserva de lucros		323	-	323	552	-	552	
Ajustes de avaliação patrimonial	(a)	-	4.557	4.557	-	4.422	4.422	
Lucros acumulados	(a) _	-				13	13	
Total do patrimônio líquido	-	127.196	(37.541)	89.655	127.425	(37.663)	89.762	
Total do passivo e patrimônio líquido	=	129.265	6.904	136.169	129.754	6.719	136.473	

⁽a) Registro dos ajustes referente à adoção do novo custo atribuído ao ativo imobilizado, e seus respectivos efeitos fiscais diferidos em atendimento ao CPC 27, CPC 32 e ICPC 1

d) Reconciliação da demonstração de resultado para o exercício encerrado em 31 de março de 2010

(Em milhares de Reais)

		31 de março de 2010				
	Anteriormente	Adoção das	Após adoção das			
	apresentado	novas normas	normas novas			
Vendas de produtos	5.467	-	5.467			
Custos dos produtos vendidos	(20)		(20)			
Lucro bruto	5.447	-	5.447			
Despesas administrativas e gerais	(688)	(185)	(873)			
Outras receitas operacionais	7		7			
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e						
impostos	4.766	(185)	4.581			
Receitas financeiras	1	-	1			
Despesas financeiras	(27)		(27)			
Financeiras líquidas	(26)		(26)			
Lucro líquido antes dos impostos	4.740	(185)	4.555			
Imposto de renda e contribuição social corrente	(163)	-	(163)			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		63	63			
Lucro líquido do exercício	4.577	(122)	4.455			

⁽a) Registro dos ajustes referente à adoção do novo custo atribuído ao ativo imobilizado, e seus respectivos efeitos fiscais diferidos em atendimento ao CPC 27, CPC 32 e ICPC 10.

e) Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício encerrado em 31 de março de 2010 $\,$

(Em milhares de Reais)

	=	Anteriormente	31 de março de 2010 Adoção das	Após adoção das
		apresentado	novas normas	normas novas
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício		4.577	_	4.455
nucro nquius do exercicio		1.577		
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas				
pelas atividades operacionais				
Depreciação, exaustão e amortização	(a)	44	185	229
Resultado na venda de ativos imobilizados		(10)	-	(10)
Provisão para contingências		31	-	31
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	-	(63)	(63)
Reversão de provisão para contingências		-	`-	-
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em impostos a recuperar		-	-	-
(Aumento) redução de contas a receber de clientes		68	-	68
(Aumento) redução de despesas antecipadas		(2)	_	(2)
(Aumento) redução com depósitos judiciais		(1)	_	(1)
(Redução) em fornecedores		1	_	1
(Redução) aumento em impostos e contribuições a recolher		(12)	_	(12)
(Redução) aumento dos salários e férias a pagar		1	_	1
Aumento em outras contas a pagar		(4)		(4)
Authorito citi outras contas a pagar	=	(4)		(4)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	=	4.693	122	4.693
Fluxos de caixa proveniente / usado nas atividades de investimentos				
Redução (aumento) de partes relacionadas		(424)	-	(424)
Alienação de imobilizado		43	-	43
Aquisição de ativo imobilizado	-	(263)	=	(263)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-	(644)	-	(644)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		(0.755)	-	
Dividendos distribuídos		(2.763)	-	(2.763)
(Redução) aumento de com partes relacionadas		(1.582)	-	(1.582)
(Redução) aumento de financiamentos e empréstimos	-	239	=	239
Caixa usado nas de atividades de financiamentos	=	(4.106)		(4.106)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	=	(57)	122	(57)
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		77	-	77
No fim do exercício	-	20		20
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	=	(57)		(57)
	_		· 	

⁽a) Registro dos ajustes referente à adoção do novo custo atribuído ao ativo imobilizado, e seus respectivos efeitos fiscais diferidos em atendimento ao CPC 27, CPC 32 e ICPC 10.

* *